



AGENDA LEGISLATIVA

30 DE JUNHO A 4 DE JULHO DE 2025

CONGRESSO NACIONAL

Terça-feira (01/07)

CMO - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO / Anexo II, Plenário 02, 14h30

Audiência Pública - Tema: Discussão do PLDO para 2026, pela Ministra do Planejamento Simone Tebet, conforme art. 84 da Res. 1/2006-CN

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLEN – PLENÁRIO / Plenário da Câmara dos Deputados

Terça-feira (01/07), 13h55

REQ 2417/2025 - Requer urgência para o Projeto de Lei Complementar nº 41/2019, que “Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para dispor sobre critérios objetivos, metas de desempenho e procedimentos para concessão, alteração e avaliação periódica dos impactos econômico-sociais dos incentivos ou benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia para pessoas jurídicas dos quais decorram diminuição de receita ou aumento de despesa, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 4º da Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021, e dá outras providências”. Item nº 1.

Autor: Doutor Luizinho (PP/RJ)

Segunda-feira (30/06)

PL261424 - COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI N. 2614, DE 2024, DO PODER EXECUTIVO, QUE "APROVA O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DECÊNIO 2024-2034"

Seminário - Tema: Seminário Estadual do Plano Nacional de Educação em Santa Catarina

Convidados:

- Deputado Federal Pedro Uczai (PT/SC);
- Deputado Federal Cobalchini (MDB/SC);
- Deputada Estadual Luciane Carminatti (PT);
- Luciane Ceretta, secretária estadual de Educação de Santa Catarina; e
- Herneus João De Nadal, presidente do Tribunal de Contas Estadual.

Terça-feira (01/07)

PL 2614/2024 - COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI N. 2614, DE 2024, DO PODER EXECUTIVO, QUE "APROVA O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DECÊNIO 2024-2034" / Anexo II, Plenário 05, 14h00

Audiência Pública - Tema: Financiamento e Infraestrutura da Educação Básica - Objetivo 18 do PNE

Convidados:

- Nelson Cardoso do Amaral, presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca);
- Gregório Durlo Grisa, secretário de Articulação Intersectorial e com os Sistemas de Ensino (SASE/MEC);
- Luciana Mendes Santos Servo, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);
- Maria Teresa Gonzaga Alves, diretora de Estudos Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep);
- Fernanda Mara de Oliveira Pacobahyba, presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);
- Renan Ferreirinha, secretário municipal de Educação do Rio de Janeiro e Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação de Capitais (CONSEC);
- Robinson Sakiyama Barreirinhas, secretário especial da Receita Federal do Brasil;
- Manoel Humberto Gonzaga Lima, presidente da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME);
- Gil Vicente Reis de Figueiredo, presidente da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (PRO-IFES);
- Rogério Ceron de Oliveira, secretário do Tesouro Nacional; e
- Vital do Rêgo Filho, presidente do Tribunal de Contas da União (TCU).

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / Anexo II, Plenário 01, 14h30**PL 1352/2022** - Institui a "Semana Nacional de Combate aos Crimes na Internet" nas escolas públicas. Item nº 13.

Explicação: institui a Semana Nacional de Combate aos Crimes na Internet, a ser realizada, anualmente, nas escolas públicas de ensino fundamental e médio, durante a última semana do mês de agosto. Durante tal evento, serão realizadas atividades coordenadas em nível nacional, estadual, distrital e municipal, com o objetivo de, entre outros: conscientizar e educar as crianças e adolescentes sobre o uso responsável da internet; apresentar os delitos informáticos e suas sanções; e, difundir noções sobre o cyberbullying, bem como as suas implicações na vida das vítimas.

Autor: Francisco Jr. (PSD/GO)

Relator: Chris Tonietto (PL/RJ)

Parecer: Pela aprovação da Redação Final.**CICS - COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS / Anexo II, Plenário 05, 14h30****REQ 12/2025** - Requer a realização de audiência pública para debater acerca da previsão de cobrança pela utilização dos sistemas operacionais indispensáveis para a implantação da Reforma Tributária. (PEC132/2023) Item nº 1.

Convidados:

- Secretário Especial da Reforma Tributária;
- Secretário da Receita Federal do Brasil;
- Representante do SERPRO;
- Representante do CONFAP;
- Representante do COMSEFAZ; e
- Representante da Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e de Tecnologias Digitais-BRASSCOM.

Autor: Any Ortiz (CIDADANIA/RS)

PLP 166/2024 - Dispõe sobre a reabertura do prazo de adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (Pert-SN), instituído pela Lei Complementar n. 162, de 6 de abril de 2018, e dá outras providências. Item nº 7.

Autor: Any Ortiz (CIDADANIA/RS)

Relator: Heitor Schuch (PSB/RS)

Parecer: Pela aprovação deste, com substitutivo.**PL 7875/2017** - Adiciona inciso ao art. 39 da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, para vedar a obsolescência programada. Item nº 11.

Explicação: Classifica como prática abusiva programar ou executar, por qualquer recurso, a redução da durabilidade de produtos e seus componentes de forma prematura, visando forçar a substituição ou troca do produto antes de seu prazo estimado de vida útil.

Autor: Mariana Carvalho (REPUBLICANOS/RO)

Relator: Kim Kataguirí (UNIÃO/SP)

Parecer: Pela aprovação deste, dos PLs 3019/2019 e 1791/2021, apensados, na forma do Substitutivo aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE).

PL 2141/2023 - Altera o § 2º do art. 91 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para fixar remuneração devida ao empregado ou prestador de serviço em caso de invenção e modelo de utilidade. Item nº 15.

Autor: Alberto Fraga (PL/DF)

Relator: Josenildo (PDT/AP)

Parecer: Pela aprovação deste, com emenda, e pela rejeição do PL 169/2024, apensado.

CPD - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA / Anexo II, Plenário 13, 15h00

PL 933/2024 - Dispõe sobre a inclusão digital e acessibilidade na telemedicina e dá outras providências. Item nº 19.

Explicação: Entre outros, determina que plataformas de telemedicina deverão incorporar suporte à Língua Brasileira de Sinais (Libras) e disponibilizar a transcrição humanizada em tempo real durante as consultas virtuais. Além disso, deverão integrar tecnologias assistivas adaptáveis a várias deficiências, incluindo recursos de navegação por voz e interfaces adaptativas para deficiências motoras. Ademais, prevê o apoio a P&D de novas tecnologias de acessibilidade na telemedicina, com a colaboração de universidades, institutos de pesquisa e organizações civis.

Autor: Samuel Viana (REPUBLICANOS/MG)

Relator: Dr. Francisco (PT/PI)

Parecer: Pela aprovação deste na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Saúde (CSAUDE).

PL 4346/2024 - Institui o Selo Empresa Inclusiva e dá outras providências. Item nº 24.

Explicação: Traz como incentivo, redução do IRPJ e prioridade em licitações

Autor: Duarte Jr. (PSB/MA)

Relator: Pedro Campos (PSB/PE)

Parecer: Pela aprovação.

Quarta-feira (02/07)

CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO / Anexo II, Plenário 13, 09h30

Reunião Deliberativa - Tema: Discussão e votação de propostas legislativas; Importância, planejamentos, propostas e ações da Agência Espacial Brasileira (AEB), com Marco Antonio Chamon, Presidente da AEB.

REQ 29/2025 - Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação para debater os desafios e oportunidades dos data centers e a criação da Política Nacional para Processamento e Armazenamento Digitais com o PL nº 1.680/2025. Item nº 1.

Explicação: Dentre outros, convida o CGI.br para participar do debate sobre data centers.

Convidados:

1º Audiência Pública:

- Representante da Casa Civil;
- Representante do Ministério das Comunicações
- Representante da Associação Brasileira de *Datacenters* (ABDC);
- Representante do Google *Cloud*;
- Jorge Arbache, Prof. de Economia da Universidade de Brasília;
- Representante da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (ABRINT); e
- Associação Brasileira de Empresas de Software (ABES).

2º Audiência Pública:

- Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC);
- Representante do Ministério da Fazenda;
- Representante do Ministério de Minas e Energia (MME);
- Representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA);
- Representante da *Scala Data Centers*;
- Representante da *DataPrivacy* Brasil; e
- Representante do Comitê Gestor de Internet no Brasil (CGI).

Autor: David Soares (UNIÃO/SP)

REQ 30/2025 - Solicita realização de Audiência Pública para discussão do tema: "Inteligência Artificial no campo e COP30: tecnologias brasileiras para a sustentabilidade e segurança alimentar". Item nº 2.

Convidados:

- Representante da Embrapa;
- Representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- Representante do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA);
- Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI);

- Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).
 - Representante da OpenIA; e
 - Representante da Solinftec.
- Autor: Vitor Lippi (PSDB/SP)

REQ 31/2025 - Requer inclusão de convidado em audiência pública no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação para debater os desafios e oportunidades dos data centers e a criação da Política Nacional para Processamento e Armazenamento Digitais com o PL nº 1.680/2025. Item nº 3.

Convidado:

- Representante da Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais (Brasscom).

Autor: Vitor Lippi (PSDB/SP)

REQ 32/2025 - Requer a realização de audiência pública para discutir mecanismos de fortalecimento das Agências Reguladoras. Item nº 4.

Convidados:

- Representante da Agência Nacional de Águas (ANA);
- Representante da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac);
- Representante da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel);
- Representante da Agência Nacional de Mineração (ANM);
- Representante da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);
- Representante da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS);
- Representante da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel);
- Representante da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq);
- Representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); e
- Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Autor: Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP)

PL 3983/2019 - Altera a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, para prever o reconhecimento de atributos de representação em certificado digital. Item nº 5.

Explicação: Estabelece que o sistema que exija ou aceite a certificação digital no padrão ICP-Brasil deve reconhecer, ao menos, os certificados de atributos de representação, bem como de assistência e representação de incapazes, desde que emitidos nos mesmos padrões estabelecidos pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil.

Autor: Irajá (PSD/TO)

Relator: Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS/DF)

Parecer: Pela aprovação.

PL 469/2024 - Acrescenta o art. 9º-A à Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para proibir que provedores de conexão de internet instituem cobrança direcionada aos provedores de aplicações de internet por geração de tráfego de dados. Item nº 6.

Explicação: Veda provedores de conexão de internet a instituição de cobrança por tráfego gerado por provedores de aplicações de internet.

Autor: David Soares (UNIÃO/SP)

Relator: Fausto Pinato (PP/SP)

Parecer: Pela aprovação deste, com emenda, e pela rejeição das Emendas de nºs 1/2025, 2/2025 e 3/2025 apresentadas ao projeto na comissão e da Emenda nº 1/2024 adotada pela comissão de Comunicação.

PL 2901/2024 - Altera a Lei nº 8.387, de 1991, para definir a destinação dos recursos aportados no Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia (FNDCT) oriundos do cumprimento da contrapartida de investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação. Item nº 7.

Autor: Capitão Alberto Neto (PL/AM)

Relator: Pedro Uczai (PT/SC)

Parecer: Pela rejeição.

CTRAB - COMISSÃO DE TRABALHO / Anexo II, Plenário 12, 10h00

PL 3423/2023 - Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para dispor sobre a contribuição voluntária das empresas que façam uso de inteligência artificial para o Fundo de Amparo ao Trabalhador e a concessão do selo “Empresa Amiga do Emprego”. Item nº 11.

Autor: Caio Vianna (PSD/RJ)

Relator: Luiz Gastão (PSD/CE)

Parecer: Pela aprovação.

CDC - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR / Anexo II, Plenário 08, 10h00

PL 6119/2023 - Altera o Decreto-Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o uso fraudulento de inteligência artificial. Item nº 7.

Explicação: Trata do crime de “Fraude publicitária com uso de inteligência artificial”, caracterizado como “Criar, utilizar e propagar vídeos de pessoas famosas ou anônimas criados por inteligência artificial com a finalidade de manipular, enganar e induzir a erro consumidores”, com pena de reclusão, de 4 a 8 anos, e multa.

Autor: Kim Kataguirí (UNIÃO/SP)

Relator: Gisela Simona (UNIÃO/MT)

Parecer: Pela aprovação com substitutivo.

CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO / Anexo II, Plenário 04, 10h00

REQ 49/2025 - Requer o Aditamento ao Requerimento nº 42/2025, de minha autoria, para inclusão de representante da Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL) na audiência pública. Item nº 1.

Explicação: O REQ 42/2025 requer a realização de Audiência para debater sobre as medidas de fiscalização e repressão à atuação de empresas de apostas online (bets) e à participação de instituições financeiras e de pagamento nas operações do mercado ilegal de jogos e apostas.

Autor: Ricardo Abrão (UNIÃO/RJ)

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO / Anexo II, Plenário 10, 10h00

PL 626/2024 - Destina 10% (dez por cento) dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT para o fomento de produtos, estratégias e tecnologias voltados para a telessaúde, a teleassistência e a educação à distância. Item nº 26.

Explicação: Altera dispositivo da Lei nº 11.540/2007 (dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT) que dispõe sobre a aplicação dos recursos, para determinar o apoio a programas, projetos e atividades de C, T&I destinados a fomentar produtos, estratégia e tecnologias voltados para a telessaúde, a teleassistência e a educação à distância, na proporção mínima de 10%.

Autor: Fred Linhares (REPUBLICANOS/DF)

Relator: Dayany Bittencourt (UNIÃO/CE)

Parecer: Pela aprovação.

PL 2357/2024 - Institui o Programa Juventude Digital como Política Pública Nacional, visando à capacitação de jovens, prioritariamente aqueles provenientes da rede pública de ensino, em competências tecnológicas demandadas pelo mercado de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), com o objetivo de potencializar oportunidades de emprego e renda para esse público. Item nº 32.

Explicação: Institui Programa, com as seguintes diretrizes: (i) oferecer cursos e treinamentos em áreas como programação, desenvolvimento de software, redes de computadores, segurança da informação, análise de dados, entre outras competências relevantes para o mercado de TIC; (ii) priorizar a participação de jovens provenientes de escolas públicas, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social; (iii) promover a inclusão de jovens de todas as regiões do país, com especial atenção para áreas com menor acesso a oportunidades de formação tecnológica; (iv) estabelecer parcerias com empresas do setor de TIC para garantir a atualização constante dos conteúdos oferecidos e a criação de oportunidades de estágio e emprego para os jovens capacitados; e (v) fomentar a criação de startups e projetos de inovação tecnológica entre os participantes do programa.

Autor: Marcos Tavares (PDT/RJ)

Relator: Duda Ramos (MDB/RR)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

CVT - COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES / Anexo II, Plenário 11, 10h30

PL 1317/2023 - Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para regulamentar os veículos autônomos terrestres, e dá outras providências. Item nº 21.

Explicação: altera o CONTRAN para regulamentar a atuação de veículos autônomos terrestres, inclusive criando o cadastro nacional de registro de incidentes e acidentes com estes tipos de veículos.

Autor: Alberto Fraga (PL/DF)

Relator: Antonio Carlos Rodrigues (PL/SP)

Parecer: Pela aprovação deste, e do PL 3641/2023, apensado, com substitutivo.

PL 2559/2023 - Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer a obrigatoriedade de disponibilidade de internet em alta velocidade nos veículos de transporte escolar, nos termos que especifica. Item nº 22.

Autor: Júnior Mano (PSB/CE)

Relator: Rubens Otoni (PT/GO)

Parecer: Pela rejeição deste.

CPASF - COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA / Anexo II, Plenário 07, 14h00

PL 4776/2023 - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre o compartilhamento e publicação de imagem e informações pessoais de crianças e adolescentes por seus pais e responsáveis, em plataformas online e redes sociais, e dá outras providências. Item nº 3.

Explicação: estabelece que as crianças e adolescentes têm o direito ao esquecimento na internet, permitindo-lhes, a partir dos 16 anos, solicitar a remoção de imagens, vídeos ou informações pessoais publicadas em plataformas ou redes sociais. Propõe, também, que quaisquer compartilhamentos de imagens de menores em plataformas e redes sociais devem ter o consentimento de ambos os pais ou responsáveis.

Autor: Lídice da Mata (PSB/BA)

Relator: Laura Carneiro (PSD/RJ)

Parecer: Pela aprovação deste e do PL 1779/2024, apensado, com substitutivo.

CCOM - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO / Anexo II, Plenário 11, 13h00

PL 3172/2019 - Dispõe sobre a adiamento do vencimento das faturas cobradas por fornecedores de serviços continuados. Item nº 77.

Explicação: serviços de natureza continuada são aqueles em que existe um contrato de prestação de serviço sem prazo final definido ou cujo prazo contratado ultrapasse 6 meses.

Autor: Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO/TO)

Relator: Cleber Verde (MDB/MA)

Parecer: Pela aprovação deste, dos PLs 3335/2019, 4181/2019, e 6339/2019, apensados, e pela aprovação do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa do Consumidor (CDC), com Substitutivo.

PL 5318/2020 - Dispõe sobre a criação de aplicação de internet destinada ao envio de demandas a órgãos de segurança pública, em casos de emergências. Item nº 79.

Explicação: obriga o Poder Público federal a criar uma aplicação de internet destinada ao envio de demandas a órgãos de segurança pública, em casos de emergência, que deverá estar disponível para acesso por meio de página na internet e por meio de aplicativos para smartphones, nos principais sistemas operacionais existentes para esses dispositivos.

Autor: Edna Henrique (REPUBLICANOS/PB)

Relator: Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS/DF)

Parecer: Pela aprovação deste, com substitutivo.

PL 2112/2023 - Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, obrigando as empresas responsáveis pelo provimento de serviços de aplicativos de relacionamento a condicionarem o acesso ao cadastramento prévio do CPF do usuário. Item nº 80.

Autor: Jonas Donizette (PSB/SP)

Relator: Lucas Ramos (PSB/PE)

Parecer: Pela aprovação deste, e do PL 2811/2023, apensado, com Substitutivo.

PL 177/2024 - "Institui a Campanha de Conscientização e Prevenção contra Crimes Cibernéticos, cometidos por meio do uso indevido da inteligência artificial, contra crianças e adolescentes." Item nº 81.

Explicação: Institui campanha de conscientização com a finalidade de alertar e desencorajar o uso de sites de inteligência artificial para criação de material que exponha ou ridicularize crianças e adolescentes. Prevê, ainda, a celebração de parcerias com organizações da sociedade civil.

Autor: Saulo Vianna (UNIÃO/AM)

Relator: Antonio Andrade (REPUBLICANOS/TO)

Parecer: Pela aprovação deste e do PL 349/2024, apensado, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Educação (CE).

PL 3402/2024 - Dispõe sobre o direito à livre escolha e utilização dos meios de comunicação virtuais e redes sociais, nacionais ou estrangeiras. Item nº 82.

Explicação: Veda a imposição de penalidades a indivíduos ou entidades que utilizem meios tecnológicos para contornar a suspensão de plataformas de mídia social quando estes não forem citados de maneira específica nas ações judiciais ou

processos. Ainda, prevê que as plataformas de mídia social deverão adotar medidas razoáveis para impedir o uso ilícito de seus serviços, sem prejudicar o acesso legítimo à informação.

Autor: Amom Mandel (CIDADANIA/AM)

Relator: Gilvan Maximo (REPUBLICANOS/DF)

Parecer: Pela aprovação deste, dos PLs 3471/2024, e 3475/2024, apensados, com Substitutivo.

PL 3435/2024 - Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para incluir o uso preferencial de reconhecimento facial e verificação de identidade no cadastramento de usuários em redes sociais e serviços de mensageria. Item nº 83.

Explicação: Acrescenta dispositivos ao Marco Civil da Internet para determinar às redes sociais ou de mensageria eletrônica a utilização preferencial de tecnologias de reconhecimento facial e verificação de identidade no ato do cadastro de novos usuários.

Autor: Ricardo Ayres (REPUBLICANOS/TO)

Relator: Gilvan Maximo (REPUBLICANOS/DF)

Parecer: Pela aprovação, com Substitutivo.

PL 4879/2024 - Institui o Programa Nacional de Manutenção de Infraestrutura de Conectividade para Áreas Remotas, com o objetivo de garantir a sustentabilidade e a manutenção das redes digitais instaladas em regiões de difícil acesso, e dá outras providências. Item nº 85.

Explicação: Visa a criação de fundo específico para financiar as atividades de manutenção das redes de telecomunicações em regiões de difícil acesso, bem como implementar sistema de monitoramento e avaliação das redes de telecomunicações em regiões de difícil acesso, a fim de identificar e solucionar problemas de forma rápida e eficiente

Autor: Amom Mandel (CIDADANIA/AM)

Relator: Ossesio Silva (REPUBLICANOS/PE)

Parecer: Pela aprovação, com Substitutivo.

CCOM - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO / Anexo II, Plenário 11, 16h00

Reunião de Comparecimento de Ministro - Tema: Debate sobre planos, metas e estratégias do MCOM para o biênio 2025/2026 e sobre participação de representantes estrangeiros nas discussões sobre a regulamentação das redes sociais no Brasil.

Convidado:

- Frederico de Siqueira Filho, Ministro das Comunicações.

Quinta-feira (03/07)

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO / Anexo II, Plenário 10, 10h00

Seminário - Tema: Experiências exitosas internacionais e lições para o currículo escolar brasileiro

- Pedro Caldeira, professor da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM);
- Paula Louzano, diretora da Faculdade de Educação da Universidade Diego Portales (Chile);
- Augusto Buchweitz, professor associado de Psicologia na *University of Connecticut* (EUA) e pesquisador sênior no Instituto do Cérebro da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; e
- Nuno Crato, ex-ministro da Educação e Ciência de Portugal, professor catedrático de Matemática no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa.

PL261424 - COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI N. 2614, DE 2024, DO PODER EXECUTIVO, QUE "APROVA O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DECÊNIO 2024-2034"

Seminário - Tema: Seminário Estadual do Plano Nacional de Educação em Alagoas

Convidados:

- Ronaldo Lessa, vice-governador de Alagoas;
- Izael Ribeiro Gomes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas (SINTEAL);
- Maria Consuelo Correia, vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas (SINTEAL);
- Cledilma Costa, pró-reitora de ensino do Instituto Federal de Alagoas (IFAL);
- Eunice Palmeira, pró-reitora de pesquisa e inovação do Instituto Federal de Alagoas (IFAL);
- Gilberto Neto, pró-reitor de extensão do Instituto Federal de Alagoas (IFAL);
- Juliana Souza Cahet, presidente do Conselho Estadual de Educação de Alagoas;
- Roseane Ferreira Vasconcelos, secretária de Estado da Educação do Governo do Estado de Alagoas; e
- Representante da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

CASP - COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO / Anexo II, Plenário 08, 14h00

PL 5638/2023 - Altera a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, para possibilitar a utilização do poder de contratação estatal por empresas públicas e sociedades de economia mista nas compras de bens e contratação de serviços de setores estratégicos para a inovação e o desenvolvimento nacional. Item nº 12.

Autor: Heitor Schuch (PSB/RS)

Relator: Prof. Reginaldo Veras (PV/DF)

Parecer: Pela aprovação deste, com substitutivo e rejeição da emenda apresentada ao substitutivo.

SENADO FEDERAL**PLENÁRIO / Plenário do Senado Federal****Terça-feira (01/07), 14h00**

PLP 167/2024 - Institui o Programa Acredita Exportação; e altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nºs 13.043, de 13 de novembro de 2014, 11.945, de 4 de junho de 2009, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a fim de ampliar benefícios para determinados serviços nos regimes aduaneiros especiais de drawback e do Regime Aduaneiro Especial de Entrepasto Industrial sob Controle Informatizado (Recof) e incentivar as exportações brasileiras, especialmente as dos pequenos negócios. Item nº 2.

Autor: Poder Executivo

Relator: Pendente

Parecer: Pendente

Terça-feira (01/07)

CAE - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, 10h00

Audiência Pública - Tema: Audiência Pública com o objetivo de debater, subsidiar e propor políticas para o segmento de minerais críticos e estratégicos no Brasil.

Programação:

Parte 1 - Desenvolvimento econômico e transição energética. Audiência Pública com o objetivo de debater, subsidiar e propor políticas para o segmento de minerais críticos e estratégicos no Brasil.

- Rodrigo Toledo Cabral Cota, diretor do Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral da Secretaria Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral;
- Alexandre Silveira, Ministro de Minas e Energia;
- Raul Jungmann, presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram);
- Ana Cabral-Gardner, CEO e Co-presidente da Sigma Lithium;
- Isabel Veloso, coordenadora Acadêmica do Núcleo de Estudos Avançados em Transição Energética (NEATE/FGV);
- Kátia Abreu, ex-ministra da Agricultura e ex-Senadora da República.

Parte 2 - Desafios legislativos e regulatórios

- Mauro Henrique Moreira Sousa, diretor-geral da Agência Nacional de Mineração (ANM);
- Marco de Lara, advogado especialista em Direito Minerário.

CSP - COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, 11h00

PL 2529/2022 - Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para incluir as informações sobre o combate ao crime organizado no Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp). Item nº 4.

Explicação: insere no âmbito do Sinesp informações sobre o crime organizado.

Autor: Bispo Guaracy (PP/TO)

Relator: Marcos do Val (PODE/ES)

Parecer: Pela aprovação com emenda

CI - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, 09h00

REQ 55/2025 - Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de promover um debate técnico e institucional acerca

da situação orçamentária das agências reguladoras federais brasileiras, bem como os reflexos dessa conjuntura sobre a capacidade regulatória do Estado e a prestação de serviços públicos essenciais. Item nº 7.

Convidados:

- Representante da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC);
- Representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT);
- Representante da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ);
- Representante da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL);
- Representante da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL);
- Representante da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); e
- Representante da Agência Nacional de Mineração (ANM).

Autor: Marcos Rogério (PL/RO)

Quarta-feira (02/07)

CRE - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, 09h30

PDL 382/2024 - Aprova o texto de adesão do Brasil ao Convênio Constitutivo e ao Convênio de Administração do Fundo Multilateral de Investimento III (Fumin III). Item nº 6.

Autor: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relator: Esperidião Amin (PP/SC)

Parecer: Pela aprovação

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, 10h00

Audiência Pública - Tema: Debater o [Projeto de Lei nº 2614/2024](#), que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034.

Convidados:

- Marcos Raggazzi, presidente da Associação Brasileira da Educação Básica de Livre Iniciativa (ABREDUC);
- Paulo Cesar Chanan Silva, diretor geral da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) e representante do Fórum Brasileiro da Educação Particular (Brasil Educação);
- Roberta Guedes, gerente da Câmara de Educação Básica da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC);
- Arnaldo Cardoso Freire, 1º vice-presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN);
- Representante da Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas (ABIEE); e
- Representante da Associação Brasileira de Sistemas de Ensino e Plataformas Educacionais (ABRASPE).